

POLÍTICA NO MUNDO ROMANO: O PODER IMPERIAL EM TÁCITO

Adriele Andrade Ceola

Profª Drª Renata Lopes Biazotto Venturini

Laboratório de Estudos Antigos e Medievais/Universidade Estadual de Maringá.

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo discutir acerca da política na Roma Imperial, tendo como foco o período de anarquia, correspondente aos anos de 68 e 69 d. C., com base nas *Histórias* de Públio Cornélio Tácito. O historiador em questão viveu aproximadamente entre os anos de 55 e 120 d. C., originário de uma rica família provinciana, bem como foi um homem público atuante de seu tempo, estabeleceu uma carreira política dentre as magistraturas romanas. Suas *Histórias* se iniciam com o discurso acerca do período de anarquia, ou seja, o ano em que quatro imperadores, Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano, subiram ao poder em poucos meses, e dão enfoque na narração acerca da política e das questões bélicas decorrentes entre esses anos. Desse modo, por mais que Tácito almejasse a imparcialidade de um historiador, em meio a suas palavras é possível identificar sua visão acerca do poder imperial, principalmente nas questões políticas de tais governantes, assim como sua simpatia pelos imperadores Nerva e Trajano.

Palavras-chave: Histórias; Período de Anarquia; Principado.

Política Romana

Antes de adentrarmos efetivamente ao que se trata do Poder Imperial a partir da obra de Públio Cornélio Tácito, é interessante percebermos em que contexto político o pensador se insere e quais os fatores relevantes para que possamos compreender seu escrito e suas ideias.

Nesse sentido, Corassin (2001) afirma que devido a militarização ocorrida entre os romanos como resultado das primeiras Guerras Púnicas¹, a ideia imperialista conquistou parte dos senadores e cidadãos ainda no período conhecido como República. Dessa forma, a terceira Guerra Púnica visou a destruição total de Cartago, bem como submeteu algumas regiões ao poderio do Estado romano, como a Macedônia, Península Ibérica, Grécia, Hispânia, África, Ásia, formando assim um Império em Roma, da mesma maneira em que ela se tornou a única potência do mediterrâneo por alguns séculos, todavia o poder imperial ou melhor definido como Principado só veio a ser concretizado alguns anos mais tarde.

Tal sistema de governo teve seu início aproximadamente no ano de 27 a. C., com a aclamação de Otaviano² como *princeps*, cujo título não é oficial, porém é

¹ Roma em 270 a. C. era a potência na região do mediterrâneo, mas do outro lado do estreito uma rival desapontou na Missina: Cartago. As cidades já possuíam divergências política, e somada a isso veio a rivalidade comercial, que levou a sucessivas tensões que ficaram conhecidas como *Guerras Púnicas*. (HARVEY, 1998, p. 256-257)

possuidor de uma carga de lisonja para quem o recebesse, o qual o significado se aproxima a “condutor”, ou o primeiro entre os cidadãos, mas diferente de *princeps senatus*, que já existia antes do Império e se referia ao primeiro dentro do senado durante a República. (HARVEY, 1998, p. 415). Esta aclamação foi necessária, pois Roma havia passado por um período de constantes conflitos e guerras civis, que conseqüentemente gerou o empobrecimento e dificuldade de controle das províncias imperiais, assim o sistema Republicano não atendia mais as necessidades do Império que se formou.

Alfoldy (1989) menciona que os dois primeiros séculos do Império, constituíram os anos mais florescentes da história política, pois foi nesse período que Roma atingiu sua máxima extensão geográfica, como também viveu um período relativamente pacífico. Em relação a República, quase não houve mudanças no cenário romano, mas as decorrentes foram muito marcantes para o equilíbrio em seus limites, as quais foram: instituição da Monarquia Imperial e a integração das províncias e seus habitantes no Estado e na Ordem Social romana.

Todavia, o poder concentrado em um só homem não era mais aceito entre os cidadãos, em virtude disso Otávio teve a preocupação em manter as aparências, aceitando o poder que já existia antes na constituição republicana, mas na prática ele concentrava o poderio que anteriormente estava distribuído entre os magistrados. Com isso, o *princeps* dispunha de um poder ilimitado, não havendo autoridade que pudesse ser exercida como alternativa ao imperador, pois ele detinha a *tribunicia potestas*³, *imperium proconsulare maius*⁴ e garantia a *mores*⁵, que influenciava no direito de admitir na ordem eqüestre pessoas que lhe parecessem adequadas e de nomear “*homo nouus*” para o Senado, assim como excluir pessoas tidas como pouco preparadas, em resumo, o *princeps* detinha o *imperium*, tal conceito é definido da seguinte forma

A palavra *imperium*, devido às numerosas conotações que implica, torna-se difícil de traduzir. Não está, como a nossa palavra “império”, indissolúvelmente ligada a idéia de violência e de constrangimento, se bem que esta não esteja ausente, pelo menos na origem, e muito tempo antes de se formar o regime político “imperial”, que será preferível designar por Principado, pelo menos nos seus primórdios. A noção expressa pela palavra *Imperium* está viva na mentalidade romana, tanto quanto podemos remontar no tempo. Designa uma força transcendente simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o real, de o submeter a uma vontade. É assim que o proprietário de um terreno, que o desbrava e o cultiva para depois colher, ou poda numa vinha os ramos supérfluos, conservando apenas os sarmentos nos quais se formarão os cachos, exerce o seu *imperium*. Havendo constrangimento, este é criativo.

² *Gaius Octavius* (63 a. C. – 14 d. C.) foi sobrinho-neto de Júlio César, conhecido também por Júlio César Otaviano após sua adoção por César, e mais tarde recebeu o título honorável de Augusto, o primeiro dos imperadores romanos pertencente à dinastia Júlio-Claudiana. (HARVEY, 1998, p. 372).

³ Tinha a responsabilidade de tomar qualquer iniciativa legislativa sempre que quisesse promulgar qualquer medida que lhe aprovesse, para proteger o povo romano. (ALFOLDY, 1989, p. 116)

⁴ Governava o centro de Roma, bem como as províncias senatoriais em conjunto com os magistrados nomeados pelo Senado, mas tinha o poder de comandar sozinho tais referências, assim como tinha o poder supremo sobre os exércitos. (ALFOLDY, 1989, p. 116)

⁵ Garantia da política, religião, família, moralidade pública e privada (MENDES, 2006, p.23)

Não é o fim em si. O *imperium* nunca é uma tirania gratuita. (GRIMAL, 1999, p. 09)

O imperador passou a ser visto como o *Pater Patriae*, e por isso sua conduta deveria seguir as virtudes, principalmente as mais tradicionais em Roma, assim sua posição era da mais alta *dignitas* ou *honor*, que se referia a dignidade ou honra no sentido político; deveria deter a própria *uirtus*, que tem um sentido difícil de traduzir, porém se refere ao possuir uma vida reta, algo com que o homem já nasce detendo; *clementia*, o qual se refere em ser justo, não ao ponto de perdoar tudo e não castigar, mas aplicando a pena necessária para alcançar a justiça; *iustitia*, que é justamente ser justo na medida certa; *mos maiorum*, que se relaciona ao levar a vida com o suporte na tradição e costumes dos antepassados; e a *pietas*, que se remetia na justiça para agir com o núcleo familiar, principalmente em questões que se ligavam a política. Além disso, o imperador se compunha como o homem mais rico de toda Roma, pois além de suas riquezas pessoais e familiares, ele dispunha do *Patrimonium Augusti*, que era os bens da coroa.

Todavia, a sucessão do poder imperial não dispusera de uma regra, embora fosse aceito a indicação do então atual Imperador não era uma continuação unicamente hereditária, bem como o caráter sagrado foi um empecilho na transmissão, do mesmo modo em que não se restringia exclusivamente a família, podendo haver adoções. Um desses momentos de “brecha” da transmissão foi justamente após a morte do Imperador Nero no ano de 68 d. C., que havia morrido jovem sem ter adotado ou mesmo indicado alguém para sucedê-lo, ocorrendo assim o período de anarquia civil e militar.

O período de anarquia no Império

Lúcio Domínio Aenobardo, ou mais conhecido como Nero Cláudio César Augusto Germânico, cujo segundo nome foi-lhe atribuído depois de sua adoção pelo imperador Cláudio para a família Júlio-Claudiana, foi um imperador romano que governou entre 54 e 68 d. C., seus progenitores eram Agripina e Domínio Aenobardo. O imperador enquanto jovem foi descrito nos documentos, inclusive na *Clementia* de Sêneca, como um jovem de muito talento e um homem considerável (HARVEY, 1998, p. 354-355). Chegou ao posto de *princeps* ainda muito cedo, com cerca de dezenove anos de idade, com a ajuda de sua mãe, então esposa do Imperador Cláudio.

Portanto, a conduta de Nero scandalizou as ordens senatoriais e lhe trouxe muita impopularidade entre os notáveis de seu tempo, vale mencionar ainda que suas decisões para o povo romano, geralmente não estavam em concordância com as decisões dos magistrados. A partir disso, é comum encontrar descrições de que o jovem imperador fosse cruel e desenfreadamente brutal, ansioso por se autopromover, principalmente em exposições espetaculares (HARVEY, 1998, p. 354-355), contudo, essas informações geralmente são provenientes de fontes escritas por homens políticos das ordens equestres e senatoriais, como consequência não é possível conhecer completamente sua personalidade.

Devido a isso, desde o ano de 65 d. C. o jovem imperador vinha sofrendo com oposições ao seu governo, a princípio nada muito sério, pois os postos de seu auxílio eram ocupados por homens os quais ele nomeou, logo, não eram seus

rivais (SHOTTER, 2008, p. 123). A precipitação da queda de Nero se deveu a seu governador da Gália, Gálio Júlio Vindex, reunir forças para remover o imperador atual e instituir outro *princeps*. A revolta iniciada não foi abafada de imediato, pois Nero confiava em seus generais, dentre estes estava Galba, que posteriormente se uniu a Vindex. O revoltoso acabou perdendo e se suicidando, mas o poderio de Nero sentiu os efeitos do conflito, visto que os pretorianos e legionários não eram mais fiéis ao *princeps*. Em seguida, o próprio Senado deu as costas a Nero.

Em 09 de Junho de 68, Nero Cláudio César Augusto Germânico tirou a própria vida com o consentimento do Senado, da Guarda Pretoriana e dos Exércitos, sendo o último da dinastia Júlio-Claudiana, e Galba, já em idade avançada com setenta anos de vida, assumiu o mais alto posto das magistraturas romanas, devido a oferta de seus soldados (KLEIN, 2013, p. 171), se constituindo o primeiro dos quatro imperadores que viriam governar na anarquia. Galba era autoritário e forçava a moral de uma geração anterior, e por isso foi descrito como conservador, mas por outro lado era muito maleável com seus amigos. Outro aspecto de Galba foi sua severidade excessiva, visto que ele perseguiu ou desmoralizou os homens que não o apoiaram na revolta para a derrubada de Nero.

A causa mais imediata para a destituição de Galba foi sua inconsistência nas promessas e falta de pagamento dos donativos aos soldados, que até então lhes eram leis. Todavia, o estopim para que sua conspiração fosse pensada, se deveu a má escolha para adoção de seu sucessor ao poder, pois elegera Pisão Liciniano, quando Otão esperava ser o designado, pois o apoiou e ajudou na revolta contra o antigo imperador. Somando a falta de pagamento aos pretorianos, que conseqüentemente rendeu descontentamentos, Otão se uniu e liderou o plano para o assassinato de Galba, que ocorreu no início do ano de 69 d. C. de maneira violenta e inesperada.

Nesse sentido, Otão foi aclamado na península Itálica pela Guarda Pretoriana, mas com a notícia da morte do imperador, o notável Aulo Vitélio foi aclamado como *princeps* na maioria das províncias Ocidentais, pois tinha apoio dos legionários. Então, os poucos meses em que Otão ocupou o posto, lutou pelo o poder com Vitélio, e por mais que possuísse poucos soldados, enfrentou confrontos até se render antes que perdesse mais tropas, se suicidando três meses após ocupar o cargo de imperador, o qual Vitélio assumiu de modo oficial.

Contudo, enquanto o novo *princeps* se via fortificado com muitas tropas, no Oriente a fama de outro homem político, Vespasiano, vinha crescendo e até mesmo foi aclamado como imperador, bem como possuía tanta tropas quanto Vitélio, devido suas grandes vitórias nas guerras judaicas. Vitélio como imperador não conseguiu conquistar a lealdade dos cidadãos, em virtude de sua conduta escandalosa, a ponto de ser reconhecido como um libertino guloso, assim Vespasiano em alguns meses cercou Roma e derrubou Vitélio nos finais do ano de 69 d. C., e em seguida seu filho Domiciano foi proclamado *princeps*.

Essas diversas proclamações e guerras civis localizadas fizeram dos anos de 68 e 69 d. C. o período de anarquia e geralmente as informações acerca dos imperadores desses anos são trazidos a luz dos dias atuais, devido principalmente aos escritos de Suetônio, Plutarco, assim como os de Tácito.

O Poder Imperial em Tácito

Acerca de *L. Publius Cornelius Tacitus* poucas informações sobreviveram, por isso até mesmo seu prenome é incerto, sendo remetido ora por Públio ora por Gaio. Elas são oriundas do pouco que fala sobre si em suas obras, das cartas de Plínio, o jovem, ou de algumas inscrições incertas encontradas na antiga província da Ásia, onde foi governador, e geralmente essas informações estão associadas ao seu *cursus honorum*⁶.

Acredita-se que seu local de nascimento tenha sido a província da Gália, ou o norte da Itália, aproximadamente no ano de 55 d. C., ainda no governo de Nero, e provavelmente tenha morrido no ano de 120 d. C., sob o governo de Adriano. Tácito compunha a aristocracia provinciana do Império, ou seja, pertencia a uma família da ordem equestre. Deu início a sua carreira ainda jovem, como tribuno militar e advogado, se destacando por sua eloquência. Paratore (1983) menciona que ele começou a avançar nas magistraturas devido à influência de seu sogro Cn. Julio Agrícola, distinto homem político de seu tempo.

Com isso, acredita-se que no ano de 79 d. C. pouco antes da morte de Vespasiano, Tácito tenha chegado a questura, exercendo tal cargo durante o governo de Tito, e no ano de 88 d. C., no reinado de Domiciano, teria alcançado a pretura. No ano de 89 d. C. foi designado a exercer funções fora de Roma, nas províncias Norte-Occidentais, o qual é possível que tenha sido a Germânia. Já no ano de 97 d. C., entre o principado de Nerva e Trajano, assumiu o consulado e proconsulado e no ano de 112 d. C. atingiu o posto de governador da Província da Ásia. Por conseguinte, podemos ainda mencionar que além de homem público, Tácito teria escrito diversas obras, variando nos estilos, mas com assuntos sempre preocupados no que poderia ameaçar Roma. Assim, as que atualmente recebem sua autoria são principalmente: *Diálogo de Oradores, Germânia, Vida de Júlio Agrícola, Histórias e Anais*.

Nesse sentido, Tácito é reconhecido como um historiador por excelência, embora seus trabalhos sejam dos estilos mais variados, tanto que Paratore (1989) o denomina como um dos pensadores mais experimentais da antiguidade, mas até mesmo as próprias palavras de Tácito afirmam compor a categoria de historiador. Isso se deve ao fato de que ele seguia o modelo de história predominante no período: a prosa herodotiana-tucidiana, cuja herança herdada dos gregos era vista como o modelo de composição da história, logo, tinha por base dar prioridade em temáticas políticas, militares e secundariamente a etnografia.

Por sua vez, *as Histórias*, escritos que serão utilizados como fonte, foram compostas durante os anos de 104 a 109 d. C., no *Imperium* de Trajano, relatando sobre os fatos políticos e militares correspondentes aos anos de 68 a 96 d. C., desde a queda do reinado de Nero, no período de anarquia, até a morte de Domiciano. Provavelmente a obra original era composta por doze livros, contudo, chegaram para nós na atualidade somente quatro completos e parte do quinto. Esse trabalho está caracterizado pela depreciação do historiador frente ao Império, para isso inicia fazendo uma narrativa da guerra civil decorrente, criticando a falsa sensação de liberdade que o Império proporcionava. Embora Tácito tenha buscado uma leitura imparcial do contexto político romano, seus julgamentos a respeito das questões do principado mostram um homem político moralista.

Nesse sentido, Tácito inaugura suas *Histórias* com a seguinte colocação

⁶ Carreira de honras: se remete a ordem em que várias funções políticas do Estado romano podiam ser exercidas e o interregno entre exercícios de funções sucessivas. (HARVEY, 1986, p. 146-147)

[...] Mas após a batalha do Ácio, quando os interesses de paz requeriam que todo aquele poder pudesse ficar concentrado nas mãos de um único homem, escritores de igual habilidade desapareceram; e ao mesmo tempo a história foi prejudicada de várias maneiras: primeiro, porque alguns eram ignorantes acerca da política como não possuíam preocupação com tal; mais tarde, porque eles possuíam um desejo apaixonado de bajular; ou ainda, pelo ódio aos seus mestres. Assim, entre a hostilidade de um segmento e o servilismo de outro, a posteridade não era preocupação do momento. [...] (TÁC. Livro I: I) ⁷

O trecho já demonstra a visão negativa que Tácito tinha acerca do Poder Imperial. Dessa forma, ele inova em sua narrativa histórica, pois ele não começa a dissertar desde a fundação de Roma, mas de um passado recente e relação ao período em que escreve, assim a batalha do Ácio o qual ele se remete, foi a batalha onde Otaviano derrotou as tropas de Marco Antônio e Cleópatra, que é conhecida como o marco do fim da República Romana e o início do Império. Com isso, ele se refere aos historiadores dos tempos anteriores, que escreviam a história com uma boa eloquência e preocupação com a verdade, mas agora, como o poder estava concentrado nas mãos de um único homem, os escritores, especialmente historiadores, muitas vezes desconhecedores sobre a política, buscam alterar a verdade tanto para hostilizar quem se encontra no poder, como para elogiar excessivamente. Frente a isso, Tácito afirma sua imparcialidade, dizendo que escreve sem ódio e sem amor, mas termina sua justificativa com as seguintes palavras

[...] reservei minha velhice para a história dos deificados reinos de Nerva e de Trajano, período rico e com menos perigos para os sujeitos, pois eram anos raros e de boa fortuna, em que nós sentimos o que desejamos e podemos dizer o que sentimos. (TÁC. Livro I: I) ⁸

Com essa colocação, podemos perceber que Tácito tinha o desejo expresso de elogiar os imperadores da dinastia dos antoninos: Nerva e Trajano, remetendo as esses anos como tranquilos e de prosperidade, pois os anos que descreve são repletos de atrocidades até mesmo na paz. Sendo assim, suas narrações acerca dos imperadores dos anos de anarquia demonstram um caráter negativo.

Dessa forma, acerca de Sérvio Sulpício Galba, Tácito admite que o imperador fosse de antiga nobreza e boa linhagem, mas era menos provido de falhas do que detentor de virtudes, além do mais, foi inflexível, de severidade extremada e medíocre. A respeito de Otão, o historiador se coloca menos flexível do que para Galba, pois ele relembra o fato de Otão ter sido companheiro de folguedos de Nero, e afirma que seu plano que rendeu um assassinato sangrento, expressou seu despreparo para ocupar o posto de *princeps*, assim como já subiu ao poder com uma visão negativa vinda dos cidadãos e senadores a seu respeito.

⁷ But after the battle of the Actium, when the interests of peace required that all power should be concentrated in hands of one man, writers of like ability disappeared; and the same time historical truth was impaired in many ways: first, because men were ignorant of politics as being not any concern of theirs; later, because of their passionate desire to flatter; or again, because of their hatred of their masters. So between the hostility of the one class and the servility of the other, posterity was disregarded. (TÁC. Book I: I)

⁸ [...] I have reserved for my old age the history of the deified Nerva's reign and of Trajan's rule, a richer and less perilous subject, because of the rare good fortune of an age in which we may feel what we wish and may say what we feel. (TÁC. Book I: I)

Sobre Vitélio, as palavras do pensador evidenciam sua opulência, descrevendo que era despreocupado com a situação de Roma, assim como estava mais interessado nas riquezas que o posto de imperador podia render. Por fim, Vespasiano tem seu caráter severo e sanguinário descrito com maior expressividade, devido sua carreira militar nas guerras judaicas, sendo descrito como um general implacável, do que as qualidades que um imperador deveria possuir.

Ademais, o historiador latino constrói sua narrativa dando mais ênfase aos acontecimentos desfavoráveis e tensos, em razão disso, seus elogios se voltam aos cidadãos anônimos e não aos *princeps*. Momigliano (2004) ainda nos apresenta a seguinte informação a respeito dos relatos das *Histórias*

O que possuímos das *Historiae* é um quadro de uma guerra civil em que os líderes não são mais e talvez até menos importantes do que a multidão – soldados provinciais, plebe romana. Nos *Annales*, a perspectiva muda. As personalidades do imperador e de suas mulheres, e de alguns poucos generais e filósofos dominam o cenário. (MOMIGLIANO, 2004, p.163)

Relacionando o contexto de Tácito e o momento em que compõe o seu trabalho em questão, sua situação de aristocrata e homem político de seu período, é perceptível uma grande relação da moralidade e ideal de cidadão permeando por entre suas obras, bem como exprime sua situação favorável, sendo governador da Província da Ásia no governo do imperador em exercício: Trajano. No entanto, isso é um fato usual, visto que era honroso possuir a cidadania romana durante o Principado, principalmente para aqueles pertencentes às províncias, como no caso de Tácito, de origem equestre. Geralmente essa aristocracia provinciana se considerava mais romana do que a plebe existente em Roma.

Dentre isso, ser cidadão romano era bem mais do que um simples direito no campo político, era uma verdadeira conquista com amplitudes complexas, como o excerto nos demonstra

Em suma, o cidadão é, pela própria natureza das coisas, um soldado que pode ser mobilizado, um contribuinte, um eleitor e eventualmente também um candidato a determinadas funções. Na realidade estes três aspectos da sua natureza estão intimamente ligados e o recurso a eles por parte da coletividade, ainda que apenas periódico, mantém-se virtual em todos os momentos. (NICOLET, 1992 p. 26)

Com isso, ao analisarmos Cornélio Tácito, podemos enquadrá-lo como um *humanitas*, palavra essa com correspondência grega *philantropia*, que tem sentido semelhante a homem justo e refinado, no caso romano, homem “não bárbaro”, ou seja, homem romano ou os provincianos antes estrangeiros, mas que se refinaram como um verdadeiro romano. Tácito, na *Germânia* e em outras obras, exemplifica bem o caso, quando retrata àqueles que se refinam para viver em “civilização” e aqueles que lutam para continuarem “bárbaros”. É importante apontar aqui, a grande influência grega, pois a Grécia era muito mais fechada para concessões de cidadania do que Roma.

Essa busca por ser um bom cidadão, de certa forma se reflete em suas palavras, que se ocupam em evidenciar os problemas do Poder Imperial desses anos. Assim, as fontes que o historiador utiliza são tendenciosas e ele tem consciência disso. Hughes-Warrington (2002) chega a dizer que Tácito é o pintor da antiguidade, visto que ele escreve os problemas da política com riquezas de detalhes.

Conclusão

Em suma, é inegável que Tácito nas *Histórias*, por mais que decretasse a imparcialidade, estava visivelmente preocupado com a política, em específico com o Poder Imperial durante o Principado, que é sua contemporaneidade, e deixa transparecer essa perspectiva em suas palavras. No entanto, isso era comum em seu período, como uma historiadora australiana diz: “Acredito que Tácito ficaria perplexo diante das tentativas dos eruditos de estabelecer limites claros entre a História, Ficção e Moralidade.” (HUGHES-WARRINGTON, 2002, p. 338).

Assim, é de extrema importância compreender as palavras do historiador ligadas a sua vida, bem como a sua carreira política e contexto, pois suas ações e as palavras tinham um pano de fundo político e militar, com fins de serem úteis para o imperador em exercício, por vezes denunciando o que não era bem visto na execução do mais alto posto dentro da sociedade imperial romana.

Nesse sentido, podemos mencionar a concepção de Tácito sobre o poder imperial com a seguinte colocação de Joly (2004)

A metáfora da escravidão na obra de Tácito está relacionada a uma representação do poder imperial e das estratégias políticas tanto da aristocracia em Roma como das lideranças provinciais. Representação que tem objetivos práticos, visto que apresenta quais são os fundamentos positivos e negativos do poder imperial e as possibilidades de participação política no Principado. (Joly, 2004, p. 145)

Joly (2004) coloca que Tácito traz consigo uma metáfora de escravidão para se remeter ao Poder Imperial, pois a verdadeira *Libertas* se encontrava na República. Sendo assim, o estudioso de Tácito afirma que *Libertas* e *Seruitus* são princípios organizadores das *Histórias*, que demarcam isso nas descrições de condutas individuais ou coletivas. É comum identificarmos nos escritos taciteanos uma tendência para a República, como período de real liberdade, em contraposição ao Império, em que os homens deveriam ser mais cautelosos com palavras e ações para que não caíssem na perseguição dos governantes. No entanto, isso não quer dizer que Tácito desejasse o retorno da República, mas sim que o principado era um modelo distribuidor de benefícios, porém esse poder deveria ser usado com cautela.

Referências Bibliográficas

Fonte Impressa

TACITUS, P. Cornelius. *Histories*, vol. II. Introduction, Translate and notes by Clifford H. Moore. Cambridge/ Massachusetts/ London: Harvard University press, s/d.

Bibliografias

ALFOLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

AUERBACH, Eric. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e Política na Roma Antiga*. São Paulo: Atual, 2001.

GRIMAL, Pierre. *Os Erros da Liberdade*. Campinas: Papirus, 1990.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1999.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 grandes pensadores da história*. São Paulo: Contexto, 2002.

JOLY, Fábio Duarte. *Tácito e a Metáfora da Escravidão*. São Paulo: Edusp, 2004.

JOLY, Fábio Duarte. História e Retórica em Tácito. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. Pág. 158 – 164.

JOLY, Fábio Duarte. Tácito e o Império Romano. *Revista de História*, São Paulo, edição especial, 2010, p. 69-78. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19137>. Acessado em: 04/12/2012.

KLEIN, Igor Belchior. “Aquele ano de Galba, Otho e Vitélio” (TÁC. DIÁL., 17): as guerras civis de 69. *Romanitas – revista de estudos Greco-latinos*. Espírito Santo: UFES, n. 1, v. 1, p. 170-187, 2013

MENDES, Norma Musco. O Sistema Político do Principado. In: DA SILVA, Gilvan Ventura (org.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES, 2006. Páginas: 21 – 48.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e Tradição Taciteana. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2004. Pág. 157 – 185.

NICOLET, Claude. O Cidadão e o Político. In: GIARDINA, Andrea (org.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. Páginas: 19 – 48.

PARATORE, Ettore. Tácito. In:____. *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1983. Páginas: 721 – 745.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos da História da Cultura Clássica, vol. II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

SHOTTER, David. O fim de Nero: Guerra Civil. In:____. *Nero*. Lisboa: edições 70, 2008, p. 123-139

TÁCITO. *Histórias*, vol. I. Introdução e Tradução por Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Athena, 1937.

VEYNE, Paul. *Humanitas: Romanos e Não Romanos*. In: GIARDIANA, Andrea (org.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. Páginas: 281 – 302.